DEBATE

GESTÃO E AUTONOMIA DA ESCOLA: POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

School management and autonomy: the possibilities of inserting new technologies in the education of the deaf

***Rossicléia de Castro da Rocha**

*Pedagoga com habilitação em Administração Escolar (Centro Universitário Nilton Lins-AM). Pós-Graduação em Mídias na Educação-Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialização em Gestão da Educação (Centro Universitário Nilton Lins-AM). Professora do Colégio Estadual Augusto Carneiro dos Santos (AM)

E-mail: rochacleia@yahoo.com.br

Artigo recebido em setembro de 2010 e selecionado em outubro de 2010.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo aprofundar a temática que envolve questões fundamentais da gestão escolar e as novas tecnologias da informação e da comunicação na educação de surdos. A primeira parte aborda a gestão escolar, história e democracia e a inserção de novas tecnologias para uma educação de qualidade. Na segunda parte têm-se as considerações finais, ressaltando as contribuições deste trabalho para a educação de surdos e a formação dos educadores que atuam nessa área.

Palavras-Chave: Gestão. Autonomia. Educação. Novas tecnologias.

ABSTRACT

This article aims to deepen the theme that involves fundamental issues of school management and new technologies of information and communication in deaf education. The first part covers the school administration, history and democracy and bring new technologies to a quality education. In the second part have been the concluding remarks emphasizing the contributions of this work for deaf education and training for educators who work in this area.

Key words: *Management. Autonomy. Education. New technologies.*

INTRODUÇÃO

O homem primitivo adquiriu a capacidade de executar movimentos firmes ou suaves, fortes ou fracos; usou o cérebro e as mãos para fabricar suas próprias ferramentas. A necessidade de estimulação cerebral se deu à medida que ocorreu uma manipulação favorável dos objetos da natureza. Primeiro usou pedaços de pau e blocos de pedras para matar os animais que caçava, para quebrar sementes e frutos ou até para se defender. Com o aperfeiçoamento dessa atitude, foi possível criar suas próprias tecnologias, facilitando as ações e a solução de problemas. A imaginação, a criatividade, a capacidade do homem foram cada vez mais tornando o mundo mais moderno.

Este trabalho apresenta uma abordagem acerca da gestão e autonomia da escola e as possibilidades de inserção de novas tecnologias na educação de surdos.

No momento atual, a sociedade enfrenta grandes desafios, desenvolvendo projetos e tecnologias que procuram modificar o cenário grotesco e desencorajador, próprio deste tempo de ameaças, violências e desesperança. Com essa complexidade se torna cada vez mais difícil educar os jovens e as crianças, pois recebem as mais variadas influências, especialmente do mundo da comunicação, tendências que atuam fortemente sobre seus comportamentos. O mundo tecnológico é cada vez mais presente, condicionando a mente e os anseios de nossos jovens.

Como cidadãos de direitos e sujeitos capazes de participar da vida social, os estudantes surdos têm direito à educação de qualidade, que propicie mecanismos facilitadores de um ensino e aprendizagem significativos para a vida . Nesse sentido, tem-se a pretensão de estabelecer uma relação teoria-prática, evidenciando a gestão escolar democrática e participativa.

Este estudo tem por objetivo geral aprofundar questões fundamentais que envolvem a gestão e

autonomia da escola e a inserção de novas tecnologias da informação e da comunicação na educação de surdos. No que concerne aos objetivos específicos, estabeleceram-se os seguintes: consultar a literatura a respeito de gestão e autonomia da escola como base para efetivar o processo de ensino e aprendizagem; refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem de alunos surdos, tendo como mediação os recursos multimídias disponibilizados na escola e sua contribuição para inserção sociocultural.

A escolha do tema deu-se a partir da reflexão sobre a realidade educacional vigente no campo da educação especial e a necessidade de um aprofundamento sobre a questão da gestão e autonomia da escola e sua ação democrática, contemplando as novas tecnologias da informação e da comunicação. Representa também minha reflexão como educadora de surdos por mais de dez anos, atuando em escola pública, como mediadora das novas tecnologias aplicadas à educação. A partir destas considerações, evidencia-se a seguinte pergunta: "Que espaço a escola tem aberto para que os professores desenvolvam atividades que contemplem novas tecnologias que auxiliem a aprendizagem de alunos surdos?"

A GESTÃO ESCOLAR: HISTÓRIA E DEMOCRACIA

A gestão escolar atravessa, no Brasil, um longo período de profundas transformações, que se traduzem em propostas de mudanças para uma gestão aberta, participativa, democrática, da escola para o século XXI. O processo de autonomia das escolas desenvolve-se num contexto mais amplo de políticas educativas que procuram resolver a crise do sistema de ensino.

De modo geral, pode dizer-se que essa alteração ocorre no sentido de transferir poderes e funções do nível federal e estadual para o nível local, reconhecendo a escola como um lugar central de gestão e a comunidade local (em particular, os pais dos alunos) como um parceiro essencial na tomada de decisão.

Nesse sentido, Wutmacher (*apud* FERREIRA, 2000) diz que "os sistemas de ensino estão alterando sua forma de regulação; de subordinação às regras passou-se a um poder político-administrativo, definindo suas finalidades e objetivos".

O desenvolvimento de uma política para a conquista da autonomia das escolas, mais do que regulamentar o seu exercício, deve criar as condições para que essa autonomia seja construída no próprio espaço educativo, de acordo com as suas especificidades locais e no respeito pelos princípios e objetivos que informam o sistema público de ensino nacional.

O desenvolvimento de uma política para a conquista da autonomia das escolas, mais do que regulamentar o seu exercício, deve criar as condições para que essa autonomia seja construída no próprio espaço educativo, de acordo com as suas especificidades locais e no respeito pelos princípios e objetivos que informam o sistema público de ensino nacional.

Ressaltamos, ainda, que a autonomia da escola resulta da confluência de várias lógicas e interesses (políticos, gestores, profissionais e pedagógicos) que é preciso saber gerir, integrar e negociar. A autonomia da escola ainda não é a autonomia dos professores, ou a dos pais, ou a dos gestores. É um campo de forças, onde se confrontam e equilibram diferentes detentores de influência, dos quais se destacam: o governo, a administração, professores, alunos, pais e outros membros da sociedade local. Isso quer dizer que não pode haver autonomia da escola sem o reconhecimento da autonomia dos indivíduos que a compõem. Ela é o resultado da ação concreta dos indivíduos que a constituem. Não existe uma autonomia da escola fora da ação autônoma organizada dos seus membros (BARROSO, 1997).

Desse ponto de vista, uma ação destinada a reforçar a autonomia da escola não pode limitar-se à produção de um quadro legal que defina normas e regras formais para a partilha de poderes e distribuição de competências, entre os diferentes níveis de administração, incluindo o estabelecimento de ensino. O que está em jogo não é conceder maior ou menor autonomia às escolas, mas reconhecer sua autonomia como um valor intrínseco à sua organização e utilizá-la em benefício das aprendizagens dos alunos.

DEBATE

A autonomia das escolas não constitui um fim em si mesmo, mas um meio de a escola realizar, em melhores condições, as suas finalidades, que são voltadas à formação das crianças e dos jovens que a frequentam. Deve traduzir-se necessariamente num conjunto de competências e de meios de que os próprios órgãos de gestão devem dispor para decidir sobre matérias relevantes ligadas à definição de objetivos, às modalidades de organização, à programação de atividades e à gestão de recursos (BARROSO, 1997).

É preciso criar condições para que a autonomia seja construída em cada escola, de acordo com as suas especialidades sociais e, neste aspecto, ressaltamos a educação de surdos e suas especificidades. Na verdade, a autonomia, enquanto expressão de unidade social que é a escola, não existe sem a ação dos indivíduos. Ou seja, essa autonomia é um conceito construído social e politicamente, pela interação dos diferentes atores organizacionais numa determinada escola.

Ferreira (2000) diz que: "é preciso que as escolas (os responsáveis pela gestão, o pessoal docente e não-docente, os alunos os pais), a administração, a comunidade sintam benefícios com a autonomia". É preciso, pois, desenvolver uma pedagogia da autonomia em todos os níveis. A autonomia também se aprende, e essa aprendizagem é o primeiro passo para que ela se torne uma necessidade.

Nesse contexto, o processo de autonomia das escolas deve introduzir alterações nas normas e nas estruturas, e, com maior cuidado, suscitar mudanças nas pessoas e nas culturas das organizações em que trabalham. Nesse espaço a formação tem papel central. A gestão flexível das escolas está assentada em cinco grandes princípios, a que deve obedecer: legitimidade, participação, liderança, qualificação e flexibilidade.

Todos esses elementos constituem os primeiros passos que podem ser dados no sentido de se estabelecerem relações positivas entre a escola e a comunidade. Numa etapa subsequente, professores instituições, alunos, pais, ex-alunos, vizinhos e autoridades de modo geral poderão participar dinamicamente de esforços conjuntos para melhorar a vida comunitária e o funcionamento da escola, a partir de sua própria cultura. E neste cenário chama atenção outra vez a inclusão de surdos na vida cidadã. Torna-se necessário, igualmente, qualificar todos os que desempenham cargos de gestão e em particular os que desempenham funções de gestão.

Quanto à flexibilidade, torna-se necessário adaptar, de maneira clara, o princípio da diversidade e flexibilidade de modelos de gestão escolar, em função das características das escolas e das suas comunidades. Esses dois princípios são necessários nas práticas de gestão e fazem parte do próprio conceito de autonomia e autogoverno (LIMA, 1992).

Numa época em que o pluralismo político aparece como um valor universal, assiste-se tanto à crescente globalização da economia como à emergência do poder local, que desponta nos sistemas educacionais de muitos países com uma força inédita. Cresce a reivindicação pela autonomia contra a uniformização, cresce o desejo de afirmação da singularidade de cada região e local de cada língua e de cada dialeto. O multiculturalismo é um fenômeno do nosso tempo.

No que concerne à educação, essas tendências encontram ainda resistência na tradição dominada pela burocracia que caracteriza os sistemas e pelo corporativismo que, muitas vezes, se alia à burocracia resistindo à mudança. Como responsável maior pela escola, o diretor deve ter um papel decisivo na construção do projeto político-pedagógico. A forma de sua escolha é, por isso mesmo, também sumamente importante.

No Brasil, o diretor de escola tem sido escolhido através de diferentes recursos como: nomeação direta ou através de listas oferecidas ao nomeador, concurso, esquemas mistos e, também, eleição direta. O tipo de vínculo e de relação do diretor com a instituição educativa e com a comunidade escolar se altera, dependendo da forma como ele é escolhido.

A experiência brasileira mostra que, se a escolha se dá através da eleição direta, o diretor passa a ter um compromisso com a comunidade. Isso tem se revelado fator determinante na democratização da gestão e na melhoria da qualidade do ensino da escola pública. Por isso, é necessário conhecer e discutir cada vez mais essa temática no âmbito da escola e de toda a sociedade, com vistas à possibilidade da institucionalização dessa escolha democrática (GADOTTI, 2000).

Outra face importante da autonomia da escola e sua gestão democrática é a instituição dos conselhos de escola. Trata-se de um colegiado formado por todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, direção e demais funcionários. Através dele, todas as pessoas ligadas à escola podem ser representadas e decidir sobre aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, tornando esse coletivo não

só um canal de participação, mas, também, um instrumento de gestão da própria escola.

Ao se observar o âmbito escolar, fica evidente o poder do diretor para encaminhar o conselho no sentido de assumir posição coerente com a sua visão do que é melhor naquele momento. A atuação do diretor; de qualquer forma, é essencialmente contraditória e difícil.

A esse respeito Paro (1998) afirma: "temos hoje um sistema hierárquico que pretensamente coloca todo o poder nas mãos do diretor". Em outras palavras, por um lado, o diretor é considerado como autoridade máxima no interior da escola, o que lhe daria um grande poder e autonomia. Por outro lado, ele acaba se constituindo, de fato, em mera proposta do Estado, em virtude de sua condição de responsável último pelo cumprimento da lei e da ordem na escola. Essa postura dificulta muitas vezes as tomadas de decisões coletivas e, em consequência, prejudicam a vida escolar dos alunos.

São enormes as dificuldades para a prática da participação no âmbito de uma cultura autoritária, contraditória e no interior de organizações fragilizadas em termos de recursos, de forma que, cada um possa participar, a partir da sua própria experiência, ou seja, uma mãe que seja faxineira pode participar ajudando na limpeza da escola, e assim por diante.

A eleição direta, dessa forma, tem sido apontada como um canal efetivo de democratização das relações escolares.

A eleição direta, dessa forma, tem sido apontada como um canal efetivo de democratização das relações escolares. Essa modalidade propõe resgatar a legitimidade do dirigente como coordenador de processo pedagógico no âmbito escolar. Os limites que se interpõem no curso dessa modalidade são frutos da cultura autoritária que permeia as relações sociais e escolares, impedindo a democratização da escola.

A luta pela qualidade social não pode estar dissociada da igualdade, num país como o Brasil, marcado por desigualdades sociais tão gritantes. Portanto, pensar a democratização da escola implica lutar pela democratização da sociedade da qual faz parte, e é parte constitutiva e constituinte. É nesta busca de resposta para atender a qualidade, que o processo pedagógico fica, com certeza, mais rico, propiciando uma melhor qualidade da educação. É dessa forma que todos se beneficiam da educação qualitativa, que todos se enriquecem: alunos, professores, família e comunidade.

Segundo Mantoan (1997), "a escola será tanto mais democrática, à medida que acolher, educar e ensinar a todos. Necessitamos de uma nova escola que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar". Ou seja, uma escola que não tenha medo de arriscar, com coragem suficiente para criar e questionar o que está estabelecendo, em busca de rumos inovadores e respostas às necessidades de inclusão social dos alunos surdos, por meio de novas tecnologias educacionais. Uma gestão escolar assentada em perspectiva de mudança e em atitudes democráticas que seja uma gestão transparente, e não de táticas ou estratégias ocultas.

É preciso a elaboração de um projeto político-pedagógico que vise à superação das contradições existentes em nossa sociedade e que promova o desenvolvimento de uma nova consciência social e de novas relações entre os homens, numa perspectiva mais humanista.

O processo de democratização no ensino é essencial para que este se realize plenamente e forme cidadãos e especialistas capacitados para a construção de uma nova sociedade. "Construir uma escola participativa internamente e democratizada em relação à comunidade é grande desafio para todos que compõem a gestão da escola" (BARROS, 2007), ou seja, a escola deve ser um espaço social e democrático, composto pelos alunos e seus familiares, professores, funcionários e por demais membros da comunidade.

NOVAS TECNOLOGIAS: O CAMINHO PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Acompanhando o século XXI, chegam as novas tecnologias da informação e da comunicação, avançando a passos largos; a economia avassaladora que, ao mesmo tempo, promove riquezas e divisas, fome e miséria; com elas, a violência urbana, que aumenta a cada dia, em todos os cantos do país. Em meio a tudo isso, a educação caminha lentamente na busca de melhoria em prol da qualidade de vida.

No século XX, foram muitas as pesquisas, os debates e os estudos aprofundados que marcaram a vida dos educadores de todo o Brasil. No âmbito da informação e da comunicação, surgiu a tecnologia no cenário educacional como algo

DEBATE

imprescindível e temível ao mesmo tempo. É preciso possibilitar aos estudantes surdos e ouvintes o acesso à leitura e à produção, à interação entre as várias linguagens por meio de variados recursos midiáticos, em busca de informações e conhecimentos num contexto globalizado.

O mundo globalizado e informatizado requer produção de conhecimento cada vez mais rápida, consumidores específicos e mão de obra com formação para a uma diversidade de funções. É necessário, então, possibilitar à comunidade escolar vivenciar esse processo de inclusão digital por intermédio de situações potencialmente pedagógicas e catalisadoras, que garantam a apropriação e a sustentabilidade dessas tecnologias e, principalmente, que permitam a autonomia da escola na gestão desse processo (PRATA, 2002).

Nesse contexto, a construção de padrão de qualidade do ensino concebida como princípio constitucional exige condições escolares adequadas e atualizadas à dinâmica e ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, da democratização da gestão da política educacional, bem como do estabelecimento de articulação entre instâncias governamentais e sociedade civil.

Essas mudanças tecnológicas orientam, muitas vezes, as decisões políticas ideológicas e pedagógicas no interior das escolas. As leis do mercado, da oferta e da procura, nos dias atuais, cruzam as instituições educacionais. Mas, está longe de ser uma relação única, pois existe uma diversidade de culturas escolares, coletivas e individuais, modos de apropriação diferenciados, projetos pedagógicos, éticas profissionais diferentes, que orientam cada escola a apropriar-se das produções de um modo único e singular.

As escolas lidam com manuais, livros-texto e guias de estudos há muito tempo. Esses materiais impressos estão tão incorporados à cultura da escola que até deixam de ser considerados como tecnologia. A ânsia de incorporar "o mais novo e avançado no campo científico" e de desprezar o anterior é outro dos legados histórico-pedagógicos que se deve revisar.

Sobre isso Haidt (2003) adverte: "É preciso adotar um posicionamento crítico em face de qualquer inovação tecnológica, o que inclui o computador. O primeiro passo para isso é desmistificá-lo". Ou seja, é preciso encarar o computador como uma máquina igual às outras, que o homem cria e manipula. E é necessário fazer uma análise crítica sobre sua influência na sociedade. O que não se pode é ignorá-lo como recurso de aprendizagem imprescindível para o novo século, principalmente para as diversas leituras a que o aluno deve aceder, pois esse recurso é um dos mais atrativos para as crianças e jovens de hoje.

Vemos que as novas tecnologias têm influenciado fortemente as ações comunicativas e sociáveis das pessoas. Tanto em sociedade quanto na própria escola, perdeu-se um pouco do contato físico e presencial. Isso tudo não nos deixa indiferentes porque, de fato, determina certa maneira de pensar a vida e o relacionamento entre os indivíduos e a sociedade, que incide sobre todos, particularmente, sobre os mais jovens.

Os desafios postos aos educadores aparentemente restringiram-se ao período da abordagem tecnicista, ocorrendo apenas uma absorção das tecnologias educacionais da aprendizagem, de planejamento, de avaliação, desconhecendo-se que o uso da tecnologia depende do humano, das relações sociais e da capacidade de comunicação e negociação (MARTINS, 2002).

O que percebemos no momento atual é a televisão, a internet, os *games* ocupando espaços significativos no lugar da convivência entre as pessoas. Na família, os pais passam o dia fora de casa, longe dos filhos, e, quando chegam, ligam a televisão ou o computador e não mais conversam com seus filhos. Por outro lado, os filhos se concentram em videogames e não mais têm diálogos necessários e importantes com seus pais. Não se vê mais, com frequência, jovens nas calçadas em frente às suas casas conversando descontraidamente com os amigos, e isso repercute na escola e irá repercutir na sociedade, se isso não for devidamente trabalhado pela escola.

O que percebemos no momento atual é a televisão, a internet, os *games* ocupando espaços significativos no lugar da convivência entre as pessoas. Na família, os pais passam o dia fora de casa, longe dos filhos, e, quando chegam, ligam a televisão ou o computador e não mais conversam com seus filhos.

Diante desse contexto, Bourguignon (2009) argumenta que "a escola deve estar preparada para ser palco transformador, amparada por todos os mecanismos tecnológicos, democraticamente acessíveis para aqueles sem condições financeiras para entrar nesse mundo". Ao educador cabe, então, o papel de ser o facilitador, o encarregado de mostrar como essas informações podem ser moldadas para a vida, ou melhor, como transformar as informações em conhecimentos capazes de colocar a todos em patamar de igualdade. A

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter bibliográfico, consistindo no levantamento de referências teóricas sobre o tema abordado: "Gestão e autonomia da escola: possibilidades de inserção de novas tecnologias na educação de surdos". Representa a busca do conhecimento e compreensão de um problema. (LIBERALI, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, além de representar uma reflexão sobre o papel da escola no exercício de sua autonomia e gestão democrática, ao mesmo tempo proporcionou um entendimento mais amplo sobre a contribuição das novas tecnologias no processo de ensino e aprendizagem com estudantes surdos, como forma de inclusão sociocultural.

Estas reflexões sugerem o necessário clareamento dos propósitos definidores da intencionalidade, capazes de dimensionar as transformações, visando à constituição de um projeto efetivamente político e, por isso, consciente para a escola e sua prática educativa. Uma ação que retome as atitudes dos educadores, motivando-os a exercer sua função de gestor de sua própria prática, um agente histórico, intelectual e profissional.

Quem sabe, assim chegaremos àquele ideal de educação que há tanto tempo buscamos: educar para a autonomia, para lidar com o conhecimento e para saber resolver problemas do hoje e do amanhã. E, no caso dos alunos surdos, isso se torna imprescindível.

A relevância deste estudo se justifica em razão de suscitar reflexões sobre a ação educativa no contexto de uma escola de qualidade para a formação dos alunos surdos, inseridos em seus contextos socioculturais.

Referências bibliográficas

BARROSO, J. *Autonomia e gestão das escolas.* Lisboa: Ministério da Educação, 1997.

BOURGUIGNON, M. A. M. *O educar e o educador para o novo milênio nas classes baixas.* Disponível em: www.textustextos.com.br. Acesso em: 20/10/2009.

FERREIRA, N. S. C. (Org.) *Gestão democrática da educação:* atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2000.

GADOTTI, M. *Educação de jovens e adultos:* teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 2000.

HAIDT, R. C. C. *Curso de Didática Geral.* 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

LIBERALI, R. *Metodologia científica prática:* um "saber fazer" competente da saúde à educação. Florianópolis, Santa Catarina: [s.e.] 2008.

DEBATE

LIMA, L. *A escola como organização e a participação na organização escolar.* Braga, Universidade do Minho, 1992.

MANTOAN, M. T. E. *Educação em questão.* São Paulo: [s.e.] 1997. [Apostila]

MARTINS, R. B. Reinventar a escola: as novas tecnologias e a gestão escolar. In: *Olhar de Professor,* Ponta Grossa (1), p. 81-91, 2002.

PARO, V. H. *Administração escolar:* introdução crítica. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PRATA, C. L. Gestão Escolar e as novas tecnologias. In ALONSO, Myrtes et al. *Formação de gestores escolares:* para a utilização de tecnologias de informação e comunicação. São Paulo: 2000.